



PARECER DE LEGALIDADE Nº 040/2025 – PROC

Processo: **01.05.043501.007280/2024-29**

Interessado: **Companhia de Saneamento do Amazonas - COSAMA**

Referência: **Parecer de Legalidade para contratação direta, por meio de DISPENSA DE LICITAÇÃO, para aquisição de material para composição de leito filtrante, para atender às necessidades em caráter urgente e emergencial do Município de Autazes, atendido pela Companhia de Saneamento do Amazonas - COSAMA.**

**DIREITO ADMINISTRATIVO.
CONTRATAÇÃO DIRETA. DISPENSA
DE LICITAÇÃO. EMERGENCIA.
HIPOTHESES DO ART. 29, XV, LEI Nº
13.303/16, ART. 118, I E ART. 123, XIV,
DO REGULAMENTO INTERNO DE
LICITAÇÕES E CONTRATOS DA
COSAMA – RILC. POSSIBILIDADE
JURÍDICA.**

1. RELATÓRIO

Vieram os presentes autos à Procuradoria da COSAMA para a emissão de Parecer Jurídico acerca da legalidade da Contratação Direta, por meio de Dispensa de Licitação, da empresa **S T MONTORIL LTDA.**, visando a aquisição de material para composição de leito filtrante, para atender às necessidades em caráter urgente e emergencial do Município de Autazes, atendido pela Companhia de Saneamento do Amazonas - COSAMA.

O Memorando nº 501/2024-GEPEQ/COSAMA, destacou que a reposição de material de leito filtrante é um aspecto crucial no processo de tratamento de água, pois influencia diretamente a eficiência do sistema de filtração.

Destacou, ainda, que um nível baixo de leito filtrante em filtros de uma estação de tratamento de água pode ter várias consequências negativas, impactando tanto a eficiência do processo quanto a qualidade da água tratada, com menos material filtrante disponível a capacidade do filtro para reter





partículas e contaminantes diminuí, levando a uma água tratada de qualidade inferior esta água pode apresentar um aumento na turbidez, pois mais sólidos e impurezas podem passar pelo filtro sem serem adequadamente retidos.

A compra de Material de Leito Filtrante, são essenciais para garantir a disponibilidade de água potável de qualidade para o município, promovendo à saúde pública, a sustentabilidade ambiental e o desenvolvimento socioeconômico.

A Gerência de Produção e Qualidade – GEPEQ, corrobora aos anseios e solicitação de reposição de material de Leito Filtrante, para agência de Autazes, e menciona ainda a necessidade extrema e urgente em ser atendida tal solicitação, com dados de perdas já ultrapassando a faixa de 90%, o que pode desencadear a paralização do sistema a qualquer momento.

Além das questões acima mencionadas, se pode verificar nos autos a Nota Técnica nº 015/2025-GEPEQ/DIOP/COSAMA, fls. 68-72, que informa que a Ata de Registro de Preços nº 002/2024-COSAMA, foi usada integralmente, ou seja, não há mais saldo, o que inviabilizou sua utilização, uma vez que a Ata de Registro de Preços fica considerada como encerrada.

Consta, ainda, dos autos o despacho GEPEQ de fls. 48, que informa que, mesmo que a Ata de Registro de Preços nº 002/2024-COSAMA, pudesse ser utilizada, o prazo de entrega consignado não atenderia a necessidade da COSAMA, em razão da celeridade com que o presente caso precisa ser tratado.

Diante do exposto, os autos vieram à Procuradoria para a emissão de Parecer Jurídico sobre a legalidade da contratação direta, por dispensa de licitação, da empresa **S T MONTORIL LTDA.**

Compõem os autos os seguintes documentos:

- 1) Memorando nº 501/2024-GEPEQ/COSAMA, fls. 1-2;
- 2) PCM nº 9846/2024 - GEPEQ, fls. 3;
- 3) NOTA TÉCNICA Nº 111/2024-GEPEC/DIOP/COSAMA, fls. 4-6;
- 4) Mapa Comparativo de Preços, fls. 18-22;
- 5) Ata de Registro de Preços nº 002/2024 – COSAMA, fls. 26-32;





- 6) Pesquisas de Preço, fls. 18-22;
- 7) Proposta Comercial, fls. 33;
- 8) Termo de Referência nº 046/2024 – GEPEQ/DIOP/COSAMA, fls. 73-86;
- 9) Atestado GECONT de origem de recursos financeiros próprios, fls. 91;
- 10) Despacho CPL apontando a possibilidade de Contratação Direta Emergencial por Dispensa de Licitação, fls. 93-96;
- 11) Certidões atualizadas da empresa cogitada.

É o relatório.

Passa-se à análise.

2. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Antes de adentrar ao tema central, é essencial lançar luz sobre o instituto jurídico que norteia os contratos e procedimentos licitatórios das Estatais, alicerce indispensável à harmonia e à ordem das Empresas Públicas e das Sociedades de Economia Mista.

Ancorado nesses princípios, compete à Lei Federal nº 13.303/2016, dispor sobre o estatuto jurídico das empresas públicas, das sociedades de economia mista e de suas subsidiárias, abrangendo toda e qualquer Empresa Pública e Sociedade de Economia Mista no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios que explore atividade econômica de produção ou comercialização de bens, de prestação de serviços, cumprindo o comando constitucional insculpido no art. 173, §1º e inciso II, introduzido pela Emenda Constitucional 19/1998, o qual disciplina que a lei estabelecerá o estatuto jurídico das empresas públicas, das sociedades de economia mista e de suas subsidiárias. Vejamos:





Art. 173. Ressalvados os casos previstos nesta Constituição, a exploração direta de atividade econômica pelo Estado só será permitida quando necessária aos imperativos da segurança nacional ou a relevante interesse coletivo, conforme definidos em lei.

§ 1º A lei estabelecerá o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias que explorem atividade econômica de produção ou comercialização de bens ou de prestação de serviços, dispondo sobre:
(...)

II - a sujeição ao regime jurídico próprio das empresas privadas, inclusive quanto aos direitos e obrigações civis, comerciais, trabalhistas e tributários; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998);
(...)
(Grifos Nossos)

Desta forma, as estatais passaram a ser subordinadas à Lei nº 13.303/2016, a partir de sua entrada em vigor em 30/06/2016, condicionadas a posterior elaboração de regulamento interno de licitações e contratos por parte de cada estatal.

3. CONTRATAÇÃO DIRETA

A Administração Pública, como regra geral, deve realizar contratações de serviços, compras e alienações por meio de processo licitatório prévio.





Todavia, em determinadas circunstâncias, a legislação nacional admite a possibilidade de contratação direta, em casos expressamente previstos na legislação ordinária.

A Lei Federal nº 13.303/2016, dispõe sobre o estatuto jurídico das empresas públicas, das sociedades de economia mista e de suas subsidiárias, abrangendo toda e qualquer empresa pública e sociedade de economia mista no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios que explorem atividade econômica de produção ou comercialização de bens ou de prestação de serviços.

Contudo, conforme previsto no comando constitucional, coube à legislação infraconstitucional disciplinar as hipóteses em que o procedimento licitatório poderia ser dispensado, dispensável ou inexigível.

Assim, o Art. 29, XV, da Lei Federal nº 13.303/2016, ampara a presente pretensão, assegurando a possibilidade de dispensar o processo licitatório, conforme descrito a seguir:

Art. 29. É dispensável a realização de licitação por empresas públicas e sociedades de economia mista:

(...)

XV - em situações de emergência, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contado da ocorrência da





emergência, vedada a prorrogação dos respectivos contratos, observado o disposto no § 2º ;

(...)

(Grifos Nossos)

No mesmo sentido o artigo 118, I, do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da COSAMA – RILC, versa da seguinte forma:

Art. 118º. O processo de contratação direta será instruído, no que couber, com os seguintes elementos:

I – Caracterização da situação emergencial ou calamitosa que justifique a dispensa, quando for o caso;

(...)

(Grifos Nossos)

Ainda, é de se ressaltar o teor do Art. 123, XIV, do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da COSAMA – RILC, *in verbis*:

Art. 123º. É dispensável a realização de licitação, nos seguintes casos:

(...)

XIV – Em situações de emergência, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial e para as parcelas de obras e





serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência, vedada a prorrogação dos respectivos contratos;

(...)

(Grifos Nossos)

A contratação em análise se amolda aos critérios estabelecidos em lei e em regulamentos interno da Companhia, uma vez que se trata de patente caso de situação emergencial, em razão das mudanças climáticas que estabeleceram novas exigências para o processo de tratamento de água.

4. DA NATUREZA ESSENCIAL DOS SERVIÇOS DA COSAMA

A Companhia de Saneamento do Amazonas – COSAMA, foi criada pela Lei Estadual nº 892/1969, estando em atividade desde então, sendo que, a partir de 2016, com o Advento da Lei 13.303, passou a ser regida por esta, buscando cumprir fielmente suas obrigações legais.

A COSAMA presta serviço de tratamento e distribuição de água para 15 (quinze) municípios do Estado do Amazonas, bem como possui uma fábrica de envasamento de água tratada no Município de Manaquiri/AM, fornecendo copos de água pronta e apta para consumo humano, que obedecem às normas sanitárias em todos os níveis, e que são distribuídos nas ações realizadas pelo Governo do Estado do Amazonas ao longo de todo o ano.

É serviço essencial a utilidade pública apreciável pelo particular ou até mesmo uma comodidade, que precisa de prestação contínua e sem interrupção injustificada.

Tais serviços são executados pelo poder público, por meio da administração, que deve sempre prezar pelo interesse social, uma vez que tais interesses e direitos são indisponíveis, posto que seu titular é o povo.



De acordo com a Lei nº 7.783/89, Art. 10, I, verifica-se que tratamento e abastecimento de água aparecem no topo do rol de serviços considerados essenciais, como aqueles cuja paralisação resultem em prejuízo irreparável e que são indispensáveis ao atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade.

A não prestação de tais serviços pode acarretar responsabilização da administração pública, uma vez que configura violação do direito fundamental do cidadão.

Tem-se, portanto que a COSAMA presta serviço essencial, tanto no que tange ao tratamento e distribuição de água, quanto no que tange o envasamento e distribuição de água pronta para consumo humano.

5. DOS PRINCÍPIOS NORTEADORES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

A Administração Pública, em todas as suas ações, está vinculada aos princípios estabelecidos no art. 37 da Constituição Federal de 1988, quais sejam: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Além desses, quando se trata da prestação de serviços públicos, devem ser observados os princípios da regularidade, continuidade, eficiência, cortesia e modicidade das tarifas, em razão de ser prestadora de serviço público essencial.

A COSAMA, possui a obrigação e o dever de manter a plena condição de funcionamento dos equipamentos que compõem as operações de captação, tratamento e distribuição de água nos lugares onde atua, sendo de alta relevância a aquisição dos itens apontados.

Neste contexto, verifica-se que a Contratação Direta, mediante Dispensa de Licitação, da empresa **S T MONTORIL LTDA.**, referente a aquisição emergencial de material para composição de leito filtrante, para atender às necessidades em caráter urgente e emergencial do Município de Autazes, atende às exigências legais e principiológicas da administração pública e as necessidades impostas no Termo de Referência.





6. REGULARIDADE FISCAL E DOTAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Com relação à comprovação da regularidade fiscal da empresa cogitada, verifica-se que estão devidamente juntadas as certidões negativas válidas.

Quanto a despesa necessária para custear a contratação direta em tela, é oriunda de recursos orçamentários PRÓPRIOS, tendo a GECONT se manifestado às fls. 91, preenchendo as exigências.

Assim, tem-se que a contratação está em conformidade com a Lei nº 13.303/2016, e ainda, com o Regulamento Interno de Licitações e Contratos da COSAMA - RILC.

7. CONCLUSÃO

Por todo o exposto, no caso em espécie, conclui-se que a Contratação Direta, por meio de Dispensa de Licitação, de empresa especializada para aquisição de material para composição de leito filtrante, para atender às necessidades em caráter urgente e emergencial do Município de Autazes, encontra respaldo legal nas disposições do artigo 29, XV, Lei Federal nº 13.303/2016, bem como no artigo 118, I e 123, XIV, do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da COSAMA - RILC, fundamentando-se nos princípios da economicidade e da eficiência.

Ademais, o processo administrativo apresenta-se formalmente regular, estando devidamente instruído com a solicitação, a descrição do objeto, a dotação orçamentária e as certidões necessárias, todos anexados e partes integrantes dos autos.

Diante do exposto esta Procuradoria **OPINA** no sentido de que seja dada continuidade ao processo de Contratação Direta, por meio de **DISPENSA DE LICITAÇÃO** da empresa **S T MONTORIL LTDA.**, inscrita no CNPJ de nº 14.235.188/0001-61, pelo valor global de **R\$ 27.000,00 (vinte e sete mil reais)**, conforme proposta constante dos autos do processo nº **01.05.043501.007280/2024-29**.





Inobstante o interesse e necessidade, prosseguir com a presente contratação é decisão discricionária, ou seja, deve ser fruto de decisão oriunda da Diretoria da COSAMA, ante a criteriosa análise desta Procuradoria Jurídica e de toda a documentação acostada aos autos que instruem o presente procedimento.

É a conclusão, salvo melhor juízo, a consideração da Diretoria.

Manaus, 11 de fevereiro de 2025.

Karina Lima Moreno
Advogada

Aprovo os fundamentos do Parecer nº 040/2025 - PROC

Camilla Ágatha Telles
Procuradora Chefe em Exercício

